

Níveis de fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-50

A análise que se desenvolve neste artigo incide sobre uma área espacial que nos coloca no quadro das chamadas sociedades mediterrânicas, relativamente às quais é usual atribuírem-se um conjunto de características que lhes seriam comuns. As sociedades do Mediterrâneo são geralmente apresentadas como sociedades onde se manifestam grandes distinções quanto à distribuição da riqueza, distinções que se convertem em sistemas de estratificação, constituindo o acesso aos recursos produtivos um pólo em torno do qual se estruturam essas diferenças de riqueza¹. Se nos situarmos numa perspectiva geográfica menos ampla, é igualmente unânime o paralelismo social, económico e cultural que, de forma mais ou menos vigorosa, se tem esboçado entre as regiões que nas Penínsulas Ibérica ou Itálica são integráveis nesta área. Fácil e rapidamente se associa uma estrutura agrária baseada no *latifúndio* à existência de sociedades fortemente hierarquizadas em função da riqueza ou da autoridade, polarizadas em torno de uma *élite* de grandes proprietários ou de uma multidão de jornaleiros destituídos de propriedade e de poder.

Afastada que está do alcance desta comunicação uma análise atenta às manifestações do poder político e de *status*, centrar-me-ei na análise das diferenças em relação à riqueza. Num primeiro momento, este problema será apreendido a partir dos montantes globais apresentados pelas fortunas individuais. Em seguida procurarei delimitar o papel que cabe à propriedade agrária na estruturação da hierarquia das fortunas. É a posse de terra a fonte primordial do poder económico? Encontra-se grande parte da população excluída do acesso a este tipo de recurso produtivo? Quem são os donos da terra e que tipo de relações com ela estabelecem? Paralelamente a esta análise surge a necessidade de alargar a nossa compreensão quanto aos grupos sociais presentes nesta sociedade. Uma das formas de caminhar neste sentido é através da apreensão da composição dos seus patrimónios. Até que ponto são distintos os bens de homens posicionados em diferentes escalões

* Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Cf., a este propósito, John Davis, *People of the Mediterranean*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1977, nomeadamente pp. 75-126.

da riqueza ou que desempenhem actividades profissionais diversas, surge como uma questão cuja resposta permitirá um melhor conhecimento quanto às características dos grupos sociais existentes. O período de análise diz respeito à primeira metade do século XIX, na medida em que o que se pretende captar é a situação anterior à penetração dos reflexos da desamortização e da repartição dos baldios.

1. HIERARQUIA DAS FORTUNAS

A análise dos montantes globais de riqueza dos cerca de 600 casos analisados revela-nos a presença de uma sociedade fortemente hierarquizada². Abaixo do valor médio de fortuna (cerca de um conto de réis) concentram-se 80,6% dos inventariados, a que correspondem 22,4% da riqueza total. Os patrimónios avaliados acima do montante médio dizem, portanto, respeito apenas a cerca de 20% dos indivíduos, os quais concentram perto de 80% do total das fortunas. Um olhar mais incisivo para o interior deste último grupo faria destacar a presença de um pequeno conjunto de pessoas (12 elementos) que, por si só, concentram perto de 36% da riqueza global. E, se nos detivermos no património do elemento que possui a maior fortuna do concelho, vemos que os seus bens ascendem a um valor aproximadamente igual àquele que apresenta a soma dos patrimónios de 402 indivíduos situados nos níveis mais baixos de riqueza. Números sem dúvida reveladores da diferenciação social que se manifesta nesta sociedade quando a olhamos desde o topo até à base³.

² Utilizo como núcleo documental os inventários orfanológicos. A análise desenvolvida nesta comunicação parte do tratamento dos 596 processos que se realizaram ao longo da primeira metade do século XIX, referentes às sete freguesias do concelho de Monsaraz. Os aspectos metodológicos da exploração dos inventários orfanológicos foram desenvolvidos no trabalho *Propriedade e Níveis de Riqueza — Formas de Estruturação Social em Monsaraz na Primeira Metade do Século XIX* (dissertação de mestrado, FCSH, Lisboa, 1988). Nesta comunicação sirvo-me de algumas conclusões a que então tive oportunidade de chegar, tendo optado neste momento por uma apresentação destituída dos elementos de análise estatística e quantitativa.

³ O inventariado mais rico é Joaquim Papança, cujo património representa um nível extraordinário em relação às fortunas existentes neste concelho. O património mais elevado a seguir ao seu é avaliado em perto de 32 contos, o que representa cerca de metade da fortuna de Joaquim Papança (65 contos). Trata-se de um montante sem paralelo no contexto local e equiparável à riqueza das mais importantes famílias da região alentejana. Esta afirmação só poderá ser completamente confirmada quando dispusermos do importante trabalho em curso de Hélder Fonseca sobre a comarca de Évora, utilizando o mesmo tipo de documentação. No entanto, esta integração da fortuna de Joaquim Papança no nível regional foi feita com base nos casos dos dois maiores lavradores estudados por Hélder Fonseca e no exemplo igualmente dado por este autor em relação à família de um grande proprietário de Évora em 1790 — nos dois primeiros casos, 43 e 45 contos, e no terceiro, 74 contos, dos quais estavam excluídos os bens vinculados (Hélder Fonseca, «Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora. Alguns aspectos», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, pp. 47-114).

Os dados fornecidos pela população inventariada não são obviamente transponíveis de uma forma linear para a população global do concelho. O universo constituído pelas famílias sujeitas a inventário contém, pois, um enviesamento, dadas as características da própria fonte com que se lida — os mais pobres com maior facilidade atravessariam as malhas legais que estipulavam a obrigatoriedade de fazer inventário, já que o pouco que deixavam como herança não constituía motivo suficientemente forte para o envolvimento dos herdeiros num processo judicial ou para o despoletar de uma acção por parte do Juízo dos Órfãos. Ficam também de lado os que nada possuíam de seu — a análise daqueles que compõem o chamado «mundo dos errantes» requer certamente o tratamento de outro tipo de fontes.

Há, pois, que reler os dados acima apresentados quanto à diferenciação dos níveis de riqueza. Se são os mais pobres os menos representados nos inventários, tal significa que, ao considerarmos a população global do concelho, teremos de pensar que a diferença entre as famílias mais ricas e as de menores recursos era ainda maior do que aquela que foi apontada a partir da leitura desta fonte.

Contudo, o mais importante é saber se a fracção da população que os inventários representam corresponde à globalidade do espectro social presente na realidade. Ainda que a imagem obtida se mostre reflectida e não constitua uma tradução proporcional das diferentes camadas existentes na sociedade.

Trata-se de um problema quase sempre presente nos debates entre os utilizadores deste tipo de documentação, para o qual existem respostas diferentes consoante as especificidades da produção local da fonte. Relativamente ao caso em estudo, é importante realçar que a análise da população inventariada permite uma apreensão da globalidade da sociedade. Um vasto conjunto de famílias que foram sujeitas a inventário dispunham de reduzidíssimos bens, e mesmo alguns dos que nada tinham foram obrigados a cumprir as formalidades para a declaração de um «auto de pobreza». Os níveis intermédios e superiores de riqueza estão também representados, mas estes são aqueles que, como vimos, mais facilmente esperaríamos encontrar registados⁴.

Um outro importante passo para aprofundar o conhecimento quanto às características da população presente nos inventários pode ser alcançado com

⁴ Uma discussão dos problemas relativos à representatividade desta fonte em relação ao conjunto da população está presente em várias das contribuições que fazem parte da colectânea organizada por A. Van der Woude e A. Schuurmam, *Probate Inventories*, Utrecht, Hes Publishers, 1980. Cf., nomeadamente, os artigos de Micheline Baulant, «Typologies des inventaires après décès», in *op. cit.*, pp. 33-52; Alice Hanson Jones, «American Probate Inventories: a source to estimate wealth in 1774 in thirteen colonies and three regions», in *op. cit.*, pp. 239-256; Anton Schuurmam, «Some reflections on the use of probate inventories as a source for the study of the material culture of the Zaanstreek in the nineteenth century», in *op. cit.*, pp. 177-189. No meu trabalho já citado apresento, relativamente a Monsaraz, uma análise pormenorizada que fundamenta a conclusão acima apontada quanto à representatividade deste corpo documental (Maria Manuela Rocha, *op. cit.*, pp. 121-132 e pp. 158-161).

a apreensão do significado económico e sociológico dos valores apresentados pelos diferentes patrimónios. Dizer-se que praticamente 50% das famílias inventariadas dispunham de níveis de riqueza que se situavam abaixo dos 272 000 réis não é suficiente para se determinar o seu posicionamento socioeconómico. O que importa saber é qual o significado, no contexto desta sociedade, de uma fortuna de 200 000 réis ou de 1 conto de réis. Como seriam classificadas pelos seus vizinhos as famílias com tais níveis de fortuna? A visão que os homens desta sociedade e época tinham sobre a posição económica de alguns dos elementos que dela faziam parte pode ser obtida através das referências inscritas nas pautas para as eleições dos vereadores e procuradores da Câmara. Aí se dão determinadas indicações quanto à condição económica dos propostos. Expressões como «pobre», «rico», «com alguns teres», «abastado em bens», por exemplo, surgem como categorias que identificam o indivíduo e traduzem o reconhecimento que na própria época se faz relativamente à posição económica de cada um. Proceder a um cruzamento nominativo entre as listas de pautados e os inventários, e procurar um confronto entre os montantes de riqueza e as designações das pautas, afigura-se-me uma importante via para a compreensão do que era um pobre ou um abastado segundo o olhar dos homens da época.

Verifica-se que é bastante grande a amplitude dos níveis de fortuna dos homens designados como ricos. Trata-se de uma classificação que recai sobre um indivíduo como Joaquim Papança, com um património avaliado em 65 contos, mas que é também utilizada para caracterizar a posição de José Martins, um proprietário local que anda pautado entre 1829 e 1834. Este último caso é o que nos importa analisar, dado que é aquele que apresenta os níveis mais baixos de fortuna de alguém que é designado como rico. Conhecemos o montante do património em dois momentos da sua vida: em 1824, quando morre a primeira mulher, altura em que os bens do casal ascendiam a 1 conto e 700 000 mil réis, e em 1843, aquando da morte de José Martins, tendo então os seus haveres merecido uma avaliação de 2 contos e 800 000 mil réis. Valores que deixam perceber a existência de uma acumulação crescente de riqueza por parte deste indivíduo ao longo da sua vida. Dado que as pautas onde o seu nome surge acompanhado da designação de rico datam de, pelo menos, cinco anos após a morte da primeira mulher, é possível considerarmos que o limite mínimo de uma situação de riqueza se traduziria por um montante entre os dois apresentados pelo património deste proprietário. Podemos, portanto, apontar para um valor em torno dos 2 contos de réis.

No outro extremo da escala económica encontram-se os pobres. O indivíduo assim designado que apresenta o património mais valioso é um barbeiro de Monsaraz cujos bens ascendem a 335 000 réis⁵.

⁵ É já possível comparar o significado económico duma situação de pobreza com um outro contexto espacial. Num recente trabalho de Nuno Madureira, centrado sobre a cidade de Lisboa e utilizando igualmente inventários orfanológicos, verifica-se que o valor mais elevado atribuído ao património de um indivíduo cujos herdeiros requerem um auto de pobreza é de 384\$105

De permeio ficam os homens com níveis de fortuna que variam entre os limiares mínimos de riqueza e os patamares superiores da pobreza e a quem são aplicadas designações como, por exemplo, as de «suficiente», «com alguns teres», «pouco abastado em bens».

Reveja-se, à luz destas apreciações, a hierarquização das fortunas há pouco apresentada. O valor médio de riqueza encontrado (que, relembre-se, andava à volta do conto de réis) traduz uma situação que é possível considerar de relativa abundância. A condição de riqueza, desde os seus níveis inferiores, abrangia cerca de 10% da população inventariada, enquanto a maior parte das famílias sujeitas a inventário seriam consideradas pobres pelos seus contemporâneos. É bem clara a hierarquização da estrutura económica presente nesta população — a imagem que se obtém adequa-se a uma figura piramidal, cuja base concentra cerca de 60% dos casais (os indivíduos pobres, no dizer dos seus vizinhos) e no topo da qual se situam os ricos, posição alcançada por 10% dos casos considerados. Entre estes limites, um grupo de cerca de 30% faz a charneira entre a condição de pobre e a de abastado.

Em termos profissionais, o que seriam estes homens de «fracos recursos», ou «abastados em bens»? Tomando a média dos valores dos patrimónios de cada grupo profissional, pode-se obter uma aproximação a esta questão⁶. Nos limites inferiores da distribuição da riqueza encontravam-se os assalariados das herdades e a maior parte dos artífices. Contudo, alguns sectores do trabalho artesanal logravam fugir da condição de pobreza e, a par com o pequeno comércio (os tendeiros e almocreves) e os pequenos cultivadores (hortelões e seareiros), compunham a camada intermédia da hierarquia das fortunas. No seu nível superior posicionavam-se os fazendeiros e lavradores, os principais homens do negócio e aqueles em que não se manifesta o desempenho de qualquer profissão, estando designados nas fontes históricas como proprietários ou sendo simplesmente os seus nomes precedidos pela indicação do posto que ocupavam nas tropas de segunda linha: os capitães ou o sargento-mor das milícias do concelho⁷.

Este quadro, definido a partir da média das fortunas por grupo profissional, contém as deficiências inerentes ao próprio tipo de indicador utilizado. Uma medida de concentração como a média não nos deixa apreender o grau de heterogeneidade nos níveis de riqueza manifestado pelos elementos que compõem cada grupo profissional. Procurar uma compreensão deste

(Nuno Luís Madureira, *Inventários. Aspectos do Consumo e da Vida Material em Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, dissertação de mestrado, FCSH, Lisboa, 1989, pp. 17-19). Um valor em torno dos 300 000-400 000 réis parece, portanto, marcar o limiar abaixo do qual se entrava para o mundo dos pobres, quer se considere o espaço citadino de Lisboa, quer o meio rural desta zona do Alentejo.

⁶ A identificação profissional dos indivíduos só é feita esporadicamente nos processos de inventariação e partilhas. Desta forma, foi através do desenvolvimento de um método de cruzamento nominativo com diversos acervos documentais que cheguei à identificação profissional de 360 dos 596 inventariados.

⁷ O sargento-mor é o nosso já conhecido Joaquim Romão Mendes Papança.

fenómeno é avançar um pouco mais na delimitação das formas de hierarquização segundo a riqueza.

Organizando classes de fortuna e analisando a distribuição dos indivíduos por essas mesmas classes, chegaríamos às seguintes conclusões.

Os assalariados das herdades raramente escapavam à condição de pobres. Dos 58 casos analisados, apenas 8 se posicionavam nas franjas do que poderíamos classificar uma situação de remediados. Sintomaticamente, trata-se de 5 abegões — os responsáveis pela lavoura e por isso distinguidos ao nível da soldada — e 3 ganadeiros.

Relativamente aos artífices, cujos valores médios de fortuna remetiam para o escalão mais baixo da hierarquia da riqueza, verificamos que com maior facilidade ascendiam aos níveis intermédios, sendo mesmo visível para alguns uma situação de relativa abastança. Se são pobres todos os cardadores ou tecelões, o mesmo já se não passa em relação a outros grupos do trabalho artesanal: 6 dos 18 sapateiros, 3 dos 6 carpinteiros e 3 dos 7 ferreiros, por exemplo, têm montantes de fortuna que os colocam num nível de riqueza intermédio.

Também quanto aos pequenos cultivadores e aos homens ligados ao pequeno comércio local é patente uma certa heterogeneidade quanto aos valores dos seus bens. Estas flutuações nas fortunas individuais significam sobretudo movimentos descendentes em relação aos valores médios apresentados pelos vários grupos; isto é, os casos que apresentam desníveis apreciáveis em relação ao montante médio resvalam com muito mais frequência para níveis inferiores do que ascendem a situações de riqueza. Enquanto 42% dos hortelões e 56% dos almocreves seriam classificados como pobres pelos seus contemporâneos, apenas 17% dos homens ligados ao cultivo das hortas e 19% dos almocreves conseguiam posicionar-se num escalão que aglutina fortunas entre 1 conto de réis e os 2 contos e pouco. Ainda no interior do grupo dos pequenos cultivadores, assinala-se a variação dos valores dos patrimónios daqueles que exercem a profissão de seaireiro. Um número significativo pertence claramente ao estrato associado à condição de pobreza (43%), enquanto um outro importante número se encontra numa situação que se pode chamar de remediados (39%). Alguns, embora poucos (12 indivíduos num total de 67), seriam considerados ricos, se bem que as suas fortunas se posicionem nos patamares inferiores desta condição.

Nos grupos cuja média de riqueza levava à inserção no estrato superior das fortunas há igualmente a assinalar uma situação de grande heterogeneidade, patenteada pelos homens designados como lavradores. É certo que a esmagadora maioria dos seus efectivos se coloca ao nível dos abastados. É igualmente verdade que algumas das maiores fortunas do concelho estão nas mãos de lavradores. Contudo, é também visível que uma pequena franja destes indivíduos possuem bens avaliados em montantes que os seus vizinhos não hesitariam em associar a situações de pobreza. Por surpreendente que possa parecer, existem lavradores com patrimónios de valor idêntico aos de

alguns dos mais pobres seareiros e hortelões e mesmo ganadeiros das herdades⁸.

Globalmente, a apreciação dos níveis de fortuna existentes neste concelho do interior alentejano remete-nos para a existência de uma clara assimetria. A imagem obtida é coincidente com a visão que habitualmente se atribui aos campos do Alentejo e, se nos situarmos num âmbito geográfico mais dilatado, é igualmente evidente o paralelismo com as zonas rurais da Andaluzia ou do Mezzogiorno italiano.

Esta assimetria na distribuição em relação à riqueza é rapidamente associada, neste tipo de sociedades, a uma idêntica assimetria na posse de bens fundiários. A desigual repartição da riqueza é apontada como sendo o resultado de uma desigual apropriação dos recursos produtivos de índole agrária⁹. Será esta uma das questões que analisaremos de seguida com base na composição dos patrimónios individuais.

2. CONFIGURAÇÕES DAS ESTRUTURAS PATRIMONIAIS

A forma como os patrimónios individuais se encontravam constituídos permite-nos avançar na compreensão das características dos diferentes grupos sociais, nomeadamente ao procurarmos a relação entre a variação no nível de riqueza e a composição do património. Ou seja: vimos há pouco o assinalável grau de heterogeneidade apresentado pelos valores das fortunas no interior do grupo dos lavradores. A questão será agora a de saber se a estrutura dos seus patrimónios é diferente consoante o posicionamento na escala de riqueza. Por outro lado, é necessário procurar no interior de níveis de fortuna semelhantes as eventuais relações existentes entre a estrutura patrimonial e a actividade económica desempenhada. Como já vimos, ganadeiros e artífices, por exemplo, possuem bens com um valor aproximado; mas será que esses bens são diferentes num e noutro caso e estará essa desigual estrutura patrimonial relacionada com as diferentes ocupações exercidas?

A resposta a este tipo de interrogações necessita de uma análise baseada no peso relativo que assumem os vários elementos do património no con-

⁸ A grande heterogeneidade existente entre os lavradores foi igualmente assinalada por Hélder A. Fonseca no seu trabalho já citado. Os valores de riqueza mais baixos que encontra para elementos com esta ocupação — 200 000 a 400 000 réis — são idênticos aos que foram detectados em Monsaraz (Hélder A. Fonseca, art. cit., in *op. cit.*, pp. 61-62).

⁹ Cf., para uma análise deste problema, John Davis, *People of the Mediterranean*, pp. 81-89; Anton Block, *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960*, pp. 36-42. Para uma caracterização das zonas rurais andaluzas veja-se Christian Mignon, *Campos y campesinos de la Andalucía Mediterránea*, Ministerio de Agricultura, Servicios de Publicaciones Agrarias, 1982; Josefina Cruz Villalón, *Propriedad y uso de la tierra en la Baja Andalucía. Carmona, siglos XVIII-XX*, Ministerio de Agricultura, Servicio de Publicaciones Agrarias, 1980.

junto dos bens de cada indivíduo. Trabalharemos, portanto, em primeiro lugar com os valores percentuais desses diversos componentes¹⁰.

Se considerássemos os valores médios, tomando todos os inventariados, verificaríamos a existência da estrutura patrimonial presente no quadro n.º 1.

Composição média dos patrimónios

[QUADRO N.º 1]

Componente do património	Valor em percentagem
Propriedade agrícola	32
Casas de habitação	31
Gado	12
Objectos do recheio da casa	10
Géneros em <i>stock</i>	5
Dívidas activas	5
Ouro e prata	3
Alfaias e ferramentas	2
Dinheiro	1

Perante esta composição média, os desvios são importantes. Uma análise atenta do comportamento das diferentes categorias profissionais faz evidenciar dois tipos de coordenadas que explicam as distintas orientações patrimoniais: o nível de riqueza, por um lado, e a ocupação desempenhada, por outro.

Repare-se na figura 1¹¹. Ao nos situarmos nos níveis mais baixos de riqueza, e perante ocupações ligadas à actividade industrial ou ao pequeno comércio local fixo (artífices e tendeiros), encontraremos preferencialmente um património onde adquirem maior importância as casas de habitação.

¹⁰ A análise da composição dos patrimónios foi efectuada recorrendo abundantemente aos contributos de uma das técnicas de taxonomia numérica — a *cluster analysis*. A sua apresentação, bem como a leitura pormenorizada dos resultados a que foi possível chegar com a sua utilização, encontram-se explicitados no meu trabalho já citado *Propriedade e Níveis de Riqueza [...]*, pp. 173-216.

¹¹ Apenas represento os três principais componentes das fortunas, dado que a inclusão de outros tipos de bens tornaria a representação desnecessariamente confusa. Os restantes elementos do património (recheio das casas de habitação, géneros em *stock*, alfaias e ferramenta, objectos de ouro e prata e dinheiro) nunca ultrapassam 1/3 do total da riqueza, representando, em média, menos de 20%. Saliente-se ainda que a designação «casas» inclui também outro tipo de construções e, inclusivamente, pequenos pedaços de terra. Na verdade, na descrição realizada no inventário relativamente a cada morada de casas encontramos, por vezes, a menção a adegas, cavalariças ou celeiros, por exemplo, que constituíam dependências anexas à habitação. Por outro lado, e com muito mais frequência, indica-se na descrição que a casa possui quintais «à sua volta» ou que existe um «pequeno ferregial defronte do prédio». Em todos estes casos, a avaliação faz-se em conjunto com a casa de habitação, pelo que é impossível conhecer o seu valor separadamente.

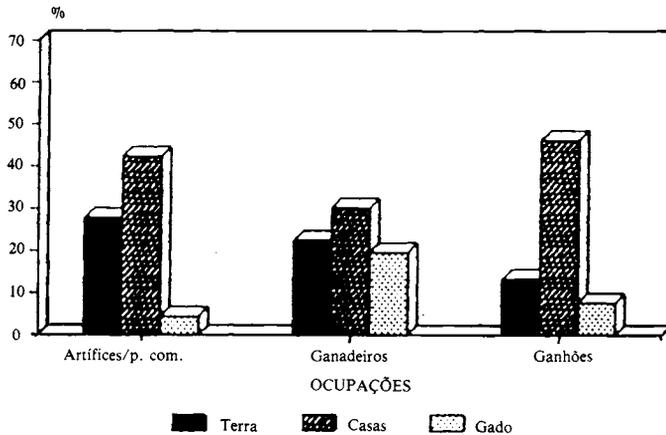


Fig. 1 — Terra, casas e gado de artífices e tendeiros, ganadeiros e jornaleiros

Embora não estando presente na representação gráfica, há que salientar o significado que, a par das habitações, têm os objectos do seu recheio (roupas, móveis, loiça e trem de cozinha). Mas, se, mesmo considerando um nível de riqueza semelhante, nos colocarmos perante um outro conjunto de ocupações — os que trabalham com o gado nas herdades —, encontraremos uma estrutura patrimonial distinta. A importância dos investimentos em casas decai e o peso do gado aumenta significativamente em relação à reduzida expressão que apresenta nos patrimónios dos artífices e tendeiros. Destaque-se ainda a distinção existente nas estruturas patrimoniais dos assalariados das herdades. A importância do gado só se faz sentir para aqueles que directamente trabalham com ele, sejam pastores, porqueiros, vaqueiros, boieiros ou cabreiros. Para os que trabalham à jorna — os ganhões ou jornaleiros — são novamente as casas e o seu recheio que ganham a primazia na composição do património. Importa fazer referência a uma outra significativa conclusão: embora em proporções sempre menores em relação às das casas de habitação, a propriedade agrícola está presente nos patrimónios de todos estes grupos que se situam nos escalões mais baixos da hierarquia das fortunas; mesmo não tendo uma ocupação directamente ligada à exploração da terra ou mesmo desempenhando um trabalho à jorna na agricultura.

Observe-se agora a figura 2, onde estão representados os cultivadores directos, com excepção dos lavradores¹². Perante estes grupos verificamos

¹² Dadas as grandes disparidades que foram apresentadas nos níveis de riqueza dos lavradores e dos seareiros, considero necessário distinguir diferentes grupos no interior dos sectores ligados ao exercício destas ocupações. Estabeleci três classes determinadas a partir do valor global da fortuna, passando daqui em diante a designar os lavradores ou seareiros com o qualificativo de «grande», «médio» e «pequeno», consoante estejam colocados nos vários níveis de fortuna.

que são as diferenças no nível global de riqueza as responsáveis por estruturas patrimoniais algo distintas. Se, para todos os seareiros (independentemente do escalão de riqueza onde se posicionam), fazendeiros e hortelões, o gado constitui um importante elemento do património, é notório que as proporções de terra aumentam à medida que crescem os recursos económicos das famílias. As casas e os objectos do interior da habitação assumem uma gradação inversa à dos bens de natureza agrária: as suas proporções são mais elevadas nos patrimónios dos mais pobres.

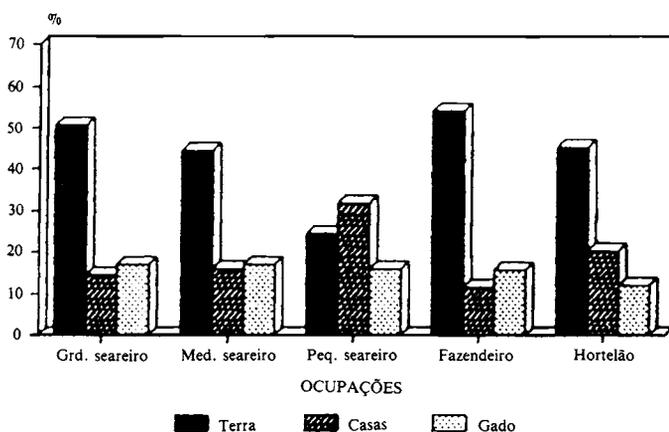


Fig. 2 — Terra, casas e gado de seareiros, fazendeiros e hortelões

Tomem-se agora as estruturas patrimoniais dos lavradores (fig. 3). Em termos médios, os lavradores investem sobretudo na acumulação de bens de produção — o gado, os géneros e as alfaias agrícolas representam quase 50% dos seus patrimónios, enquanto os bens de raiz andam em torno dos 37%¹³. Contudo, as diferenças em relação a estes valores médios são assinaláveis, e uma vez mais verificamos que o nível de riqueza interfere decisivamente na estrutura patrimonial existente. Os lavradores de menores recursos económicos distinguem-se claramente, dada a importância do gado nos seus patrimónios. Os animais representam 45% do valor global dos bens que possuem, enquanto a proporção dos bens de raiz é bastante baixa: 16% para a propriedade agrícola e 5% para as casas de habitação. Os lavradores com níveis de fortuna intermédios ou os grandes lavradores apresentam uma estrutura patrimonial mais semelhante entre si. Comparados com os pequenos lavradores, assiste-se a um maior peso da terra e a uma diminuição do gado, sendo visível que a proporção dos bens agrícolas acompanha o aumento do

¹³ Incluo nos bens de produção os géneros em *stock*, dado que sob esta designação se encontram integradas as sementes para as quais não há uma avaliação discriminada.

nível de riqueza dos indivíduos em questão. Paralelamente, decresce o peso das casas (que em nenhum dos três agrupamentos de lavradores é significativo), bem como os objectos do recheio das habitações. Apenas uma outra variável desenha o mesmo movimento dos bens fundiários. Trata-se das dívidas activas, cuja proporção sobe à medida que aumenta o nível das fortunas. A importância das quantias que se devem aos lavradores mais ricos do concelho está intimamente relacionada com a existência de débitos por parte dos inventariados relativos a rendas de terras e casas, para além de indiciar a existência de uma função de prestamistas locais desempenhada por este grupo¹⁴.

Continua-se a observação da figura 3. A representação dos três principais elementos patrimoniais do grupo dos proprietários destaca-se em relação à estrutura apresentada pelos lavradores. Antes de entrarmos na sua caracterização, impõe-se uma referência quanto à composição deste agrupamento de indivíduos. Fiz incluir sob a designação de proprietários não só todos aqueles que desta forma são apresentados nas fontes, como é óbvio, mas também os que são apenas indicados como capitães ou sargento-mor. Esta opção deve-se à enorme semelhança manifestada pela composição dos patrimónios de todos estes elementos. Desta forma podemos afirmar que a designação de capitão é apenas utilizada como forma de consagrar a especificidade inerente à ocupação de um cargo que constitui um notório símbolo de prestígio. É evidente que o cargo de capitão é desempenhado por indivíduos com

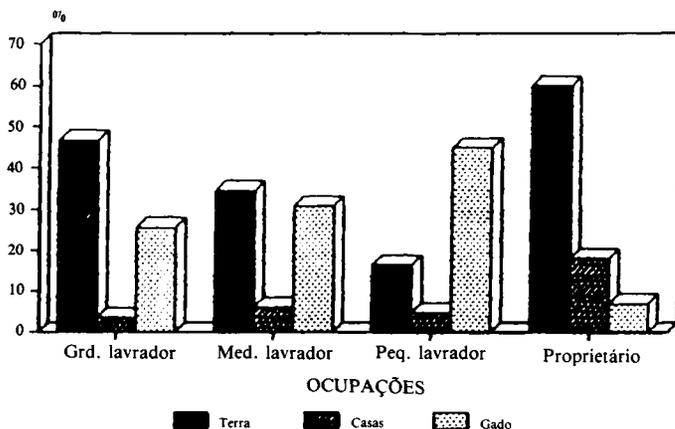


Fig. 3 — Terra, casas e gado de lavradores e proprietários

¹⁴ Encontra-se afastada dos objectivos desta comunicação uma análise atenta aos problemas dos mecanismos do crédito existentes neste concelho. Trata-se de uma questão que teve oportunidade de desenvolver no trabalho já citado *Propriedade e Níveis de Riqueza [...]*, pp. 273-310, e em «*Élites económicas e redes de crédito em Monsaraz na primeira metade do século XIX*», comunicação ao colóquio *Poderes Periféricos em Perspetiva Histórica*, 1988 (no prelo).

outras ocupações. Lavradores, fazendeiros ou boticários, desde que possuam importantes fortunas, podem aspirar à designação para o preenchimento de postos nas tropas de segunda linha. Mas nestes casos são apresentados nas fontes históricas simultaneamente pelo cargo que ocupam e pela profissão que exercem. Assim, a análise das estruturas patrimoniais permite revelar que um indivíduo, quando é apenas designado como capitão ou como sargento-mor, não exerce uma ocupação do mesmo tipo que o das acima referidas. Neste caso ele é, antes de mais, um proprietário.

E como se caracteriza este grupo? O que é um proprietário no contexto desta sociedade? A composição das suas fortunas indica-nos que se trata de homens para quem a terra assume um enorme significado. 78% dos seus patrimónios são compostos por bens de raiz, dos quais 60% dizem respeito a propriedade agrícola. Mas, contrariamente aos lavradores, os bens de produção não assumem particular relevância. Logo, a análise da estrutura patrimonial parece indicar que é designado como proprietário quem detém bens de raiz e se serve desta relação de propriedade como modo de vida. A actividade de exploração directa é, se existe, limitada, como demonstra a baixa proporção do gado que possuem. Trata-se de uma distinção essencial entre este grupo e o dos grandes lavradores ou o dos fazendeiros, por exemplo, para quem a terra é também um importante componente das fortunas, mas à qual se encontram associadas avultadas proporções em gado ou instrumentos de lavoura.

3. DOS LAVRADORES AOS ARTESÃOS — RECURSOS ECONÓMICOS E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A análise das opções e preferências manifestadas na constituição dos patrimónios permitiu-nos destacar um conjunto de grupos para quem a propriedade agrária assumia particular significado como proporção das fortunas. Torna-se necessário proceder agora à contextualização dos valores evidenciados. O que significa dizer-se que a terra constituía 60% dos bens de um proprietário, ou que representava 47% no património de um lavrador de maiores recursos? O que possui efectivamente cada um deles? Retomando as interrogações iniciais, trata-se de saber quem controla a propriedade agrária no contexto desta sociedade local e se grandes franjas da população se encontram destituídas da posse da terra.

Paralelamente ao tratamento destas questões, há necessidade de desenvolver dois outros aspectos que igualmente foram evidenciados com a análise das estruturas patrimoniais. Um deles tem a ver com o tipo de relação estabelecida com a exploração agrícola. Há que atender à distinção manifestada no interior daqueles para quem a terra representa grandes proporções das fortunas pessoais, mas que dispõem de meios para a trabalhar em graus bem diversos. Por outro lado, é necessário englobar nesta análise a propriedade das casas de habitação, já que ela surge como um elemento de grande signi-

ficado, não só para os grupos de menores recursos, mas também para alguns dos que se posicionam nos escalões mais elevados da fortuna.

Percorram-se mais uma vez os patrimónios individuais, atendendo neste momento aos valores efectivos que os três principais tipos de bens representavam: a terra, considerando a diversidade da sua natureza (das parcelas de cultivo cerealífero às hortas ou herdades, por exemplo), as casas de habitação e o gado, o qual será tomado atendendo ao tipo e número de cabeças.

3.1 OS MAIORES PROPRIETÁRIOS LOCAIS: GRANDES LAVRADORES, PROPRIETÁRIOS E FAZENDEIROS

Indiscutivelmente, são os grandes lavradores que se evidenciam como principais proprietários locais. Se juntarmos aos bens agrícolas que possuem, como propriedade plena ou enfiteútica, as rendas, pensões e foros que recebiam, encontramos um valor médio um pouco superior a 5 contos e 200 000 réis. Este quantitativo representa mais do quádruplo do mesmo tipo de bens que possuíam os fazendeiros e três vezes mais do que detinha em média um proprietário¹⁵.

Não é apenas a distância quanto ao valor dos bens agrícolas que marca a diferença entre estes três grupos. São também diversas as opções quanto à natureza dos prédios que fazem parte dos seus patrimónios. Os grandes lavradores possuem uma parte significativa das herdades do concelho, as quais assumem destacadamente a maior contribuição no valor total dos seus bens agrícolas: atingindo em média quase 3 contos e 500 000 réis, representam 66% do valor total das terras de que são proprietários. É possível encontrarmos um outro indicador para obter uma visão mais nítida quanto à posição ocupada pelos grandes lavradores como proprietários de herdades. Tomando as 12 casas inventariadas, verifica-se que têm a propriedade plena ou enfiteútica de 21 herdades, podendo-se inferir a situação de arrendamento em relação a 8 herdades. A situação de possante existe para 4 herdades, constituindo a detenção de quinhões um fenómeno bastante frequente — estas 12 casas têm a posse de quinhões sobre 22 herdades.

¹⁵ Não se encontra incluído neste grupo dos proprietários o património do sargento-mor Joaquim Papança. Dada a excepcionalidade do valor dos seus bens, a sua inclusão alteraria os montantes médios, distorcendo-os em relação àqueles que são apresentados pela generalidade dos indivíduos deste grupo. Esta opção fez, portanto, submergir o maior proprietário local. Para se ter uma ideia da dimensão do seu património e da distância que o separava dos mais ricos do concelho, veja-se o valor dos bens que deixa quando morre, em 1839:

Bens	Valores
Terras	25 203\$
Casas	22 754\$
Dividas activas	10 533\$
Géneros	3 217\$
Gado	1 315\$
Ouro	1 089\$
Recheio	774\$
Alfaias	382\$

Bens de raiz nos patrimónios de grandes lavradores, proprietários e fazendeiros (valores médios por indivíduo em milhares de réis)

[QUADRO N.º 2]

Tipo	Grande lavrador		Proprietários		Fazendeiros	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Casas	392,2	6,9	486,9	23,5	291,0	19,6
Courelas	506,7	9,0	380,3	18,3	391,1	26,2
Vinhas	151,4	2,7	262,9	12,7	21,9	1,5
Olivais	184,5	3,3	19,7	1,0	102,6	6,9
Hortas	191,7	3,4	475,2	23,0	256,1	17,4
Quintas	0,0	0,0	0,0	0,0	216,7	14,7
Herdades	3448,5	61,0	383,8	18,5	39,1	2,6
Rendas/foros	781,6	13,7	61,6	3,0	165,0	11,1
Total	5656,6	100,0	2070,4	100,0	1483,5	100,0

Todos os outros tipos de prédios (com excepção das quintas) estão igualmente presentes nos seus patrimónios, mas neste caso adquirem valores próximos daqueles que estão presentes nas fortunas de um proprietário ou fazendeiro.

Para estes últimos contam sobretudo as parcelas de cultivo cerealífero, hortas e quintas; as herdades só esporadicamente entram na composição dos seus patrimónios. A ligação dos fazendeiros relativamente às quintas pode, aliás, ser apontada como um traço específico e distintivo deste grupo, já que nem proprietários, nem lavradores mostram nos seus patrimónios um único exemplo de posse deste tipo de prédio.

Os bens fundiários de um proprietário são, em termos de valor, superiores aos de um fazendeiro, mas a natureza dos prédios é em tudo idêntica. Apenas com um pouco mais de frequência, as herdades entram nos seus patrimónios e, como acabámos de ver, as quintas estão deles excluídas.

As casas de habitação constituem um tipo de prédio comum aos três grupos e com valores relativamente aproximados — perto de 500 000 réis para um proprietário, de 400 000 réis para um grande lavrador e de 300 000 réis para um fazendeiro. Valores que, contudo, representam grandes diferenças em relação ao montante global dos bens de raiz de cada uma destas três categorias — 24 % no caso dos proprietários, 20 % no dos fazendeiros e 7 % no dos grandes lavradores.

Distinta é também a relação que estes grupos mantêm com a exploração da terra, tal como as estruturas patrimoniais pareciam indicar. O gado está apenas presente nos patrimónios dos grandes lavradores e fazendeiros, em dimensões obviamente adequadas à diferente amplitude das suas terras de lavoura. Os grandes lavradores estão, por outro lado, intimamente ligados à pecuária, assumindo particular ênfase a criação de gado ovino. Em média, um grande lavrador possui quase 1000 cabeças de gado (70 de gado bovino, 570 de ovinos, 180 de caprinos, 160 de suínos). Um fazendeiro possui um

total de 20 cabeças, 50% das quais de gado bovino. Ao compararmos esta situação com a dos proprietários, verificamos que, sendo este grupo possuidor de uma quantidade de terra superior à dos fazendeiros, detêm, porém, um menor número de animais, o que traduz a sua não participação como empresários agrícolas.

Duas conclusões se retiram deste percurso. As diferenças na apropriação dos bens de raiz é o elemento explicativo das diferenças de riqueza manifestadas entre estes três grupos; são também claras as distinções quanto às funções que desempenham.

Um grande lavrador detém, em média, como propriedade plena ou enfiteutica duas herdades, o quinhão ou posse de igualmente duas herdades, a que se vêm juntar várias parcelas de cultivo cerealífero, vinhas, olivais ou hortas, além das casas de habitação. Encontra-se à frente de uma lavoura que se centra em parte nestes prédios. O restante entrará certamente no mercado de arrendamento. Na figura de um grande lavrador conflui, portanto, a actividade de exploração directa da terra, mas também a de rentista. O envolvimento no negócio da lã e na comercialização dos cereais, bem como o empréstimo de dinheiro, fazem igualmente parte das actividades destes homens colocados no topo da hierarquia das fortunas.

Os fazendeiros estão intimamente ligados à posse das fazendas, quintas e hortas. Alguns dos mais ricos dispõem de uma quantidade de bens que torna possível afirmar a existência de uma associação entre a actividade de cultivadores directos e a função de rentista, pois parte dos prédios que possuem encontra-se certamente a ser explorada por outros indivíduos.

Em contrapartida, um proprietário vive essencialmente das rendas que recebe dos bens rústicos e urbanos que possui em dimensão assinalável. A confirmar este facto temos a menção a quantias que surgem inscritas nos seus processos de inventariação e partilhas, referentes a rendas que lhes são devidas e que ainda não foram pagas.

3.2 CULTIVADORES INDEPENDENTES DE PEQUENAS PARCELAS, MÉDIOS E PEQUENOS LAVRADORES

Os seareiros (desde os de menores recursos até aos que possuem as maiores fortunas), os hortelões e os médios e pequenos lavradores afastam-se significativamente daqueles que se evidenciaram como os maiores proprietários de terra e de prédios urbanos no concelho de Monsaraz. Mas as diferenças que percorrem os vários elementos deste grupo são ainda bem significativas, como é visível nos quadros n.º 3 e 4. No cume deste conjunto de ocupações situam-se os médios lavradores e os grandes seareiros, que se equivalem quanto aos montantes de bens de raiz possuídos, os quais andam em torno do conto de réis. Médios seareiros e hortelões não chegam a possuir prédios com metade deste valor, o qual, ainda assim, é mais do dobro dos bens de raiz que possui um pequeno lavrador e o quádruplo dos de um pequeno seareiro.

Ficam mais uma vez bem evidenciadas as diferenças que separam os homens ligados à lavoura das herdades: um pequeno lavrador dispõe de bens de raiz com um valor 28 vezes menor em relação aos montantes apresentados pelos lavradores de maiores recursos económicos.

**Bens de raiz nos patrimónios de seareiros e hortelões
(valores médios por indivíduo em milhares de réis)**

[QUADRO N.º 3]

Tipo	Grande seareiro		Médio seareiro		Pequeno seareiro		Hortelão	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Casas	253,6	21,8	113,4	27,6	62,3	55,1	132,8	28,9
Courelas	392,6	33,8	138,5	33,9	34,7	30,7	58,4	12,7
Vinhas	33,7	2,9	19,7	4,8	7,7	6,8	46,5	10,1
Olivais	69,5	6,0	36,2	8,8	7,1	6,3	14,9	3,2
Hortas	141,5	12,2	84,6	20,7	0,0	0,0	154,1	33,7
Quintas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Herdades	229,3	19,7	17,1	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas/foros ..	42,5	3,6	0,0	0,0	1,2	1,1	52,1	11,4
Total ...	1162,7	100,0	409,5	100,0	113,0	100,0	458,8	100,0

**Bens de raiz nos patrimónios dos pequenos e médios lavradores
(valores médios por indivíduo em milhares de réis)**

[QUADRO N.º 4]

Tipo	Médio lavrador		Pequeno lavrador	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Casas	178,5	16,3	41,9	20,3
Courelas	202,0	18,4	98,1	47,8
Vinhas	43,7	4,0	16,0	7,8
Olivais	150,4	13,7	6,6	3,2
Hortas	36,5	3,3	0,0	0,0
Quintas	0,0	0,0	0,0	0,0
Herdades	430,6	39,3	22,8	11,1
Rendas/foros ..	55,6	5,0	20,0	9,8
Total	1097,3	100,0	205,4	100,0

Mas não são só as diferenças de dimensão dos bens possuídos que se evidenciam pela análise dos patrimónios de seareiros, lavradores ou hortelões. São também distintas as opções quanto à natureza dos prédios possuídos.

Indiscutivelmente, os lavradores estão associados à lavoura das herdades, e esse é o traço comum que aglutina sob a mesma designação homens com um posicionamento socioeconómico tão distinto como aquele que tem vindo a ser apreendido. No caso dos médios lavradores, as herdades fazem parte, por vezes, do próprio património pessoal: as 26 casas estudadas detêm 13 herdades como propriedade plena ou enfiteútica. Um ferregial ou courela

e alguns pedaços de terra com oliveiras completam os bens agrícolas destes lavradores de recursos intermédios.

Os pequenos lavradores são rendeiros das herdades que exploram. Das 20 casas inventariadas ao longo da primeira metade do século XIX, apenas 2 eram enfiteutas da herdade, que funcionava como sede da lavoura que levavam a cabo, sendo o arrendamento a situação existente para as outras 18. Os bens agrícolas próprios estavam, portanto, limitados a algumas parcelas de cultivo cerealífero.

Também as terras de pão colhiam a preferência dos diferentes grupos de seareiros, em dimensão variável consoante os seus recursos económicos. Trata-se de uma característica que não é extensível ao caso dos hortelões. Para estes contavam sobretudo as hortas, que eram, na generalidade dos casos, propriedade plena ou enfiteutica do respectivo hortelão.

Ainda uma referência às casas de habitação, que constituem um tipo de prédio presente em todos os patrimónios. Mesmo quando a posse da terra se encontra limitada a um ferregial ou courela (caso dos seareiros situados nos escalões mais baixos), a casa de habitação está presente, representando aquilo que de mais precioso possuem de seu.

Vejam agora o que se passa relativamente ao gado que entra na composição dos seus patrimónios. Ele assume naturalmente particular significado para os indivíduos associados à exploração das herdades. Em média, um pequeno lavrador possui à volta de 115 cabeças de gado (14 bovinos, cerca de 40 cabeças de ovinos e igual número de caprinos, uma pequena vara — 17 cabeças — de suínos); com um médio lavrador cresce o número de exemplares (em média, perto de 320 cabeças), destacando-se o gado ovino (quase 200 cabeças), à semelhança do que acontecia com os grandes lavradores.

A criação de gado em larga escala está afastada do horizonte dos seareiros e hortelões; para estes conta sobretudo o gado de trabalho. Um grande seareiro tem, em média, 11 bovinos, enquanto um hortelão ou um seareiro com um nível de riqueza intermédio dispõe de 4 ou 5 cabeças. A composição do gado dos pequenos seareiros permite-nos ficar a conhecer as condições mínimas exigidas para o exercício desta actividade. Apenas um boi ou uma mula, ou, em alternativa, um par de burros, são os animais disponíveis por estes pequenos seareiros, que também manifestaram uma fraca participação na posse da terra.

A partir deste tipo de análise, tornam-se claros os elementos distintivos dos vários grupos directamente ligados ao cultivo da terra.

Se um lavrador se caracteriza pela associação à exploração de uma herdade, os seareiros surgem ligados ao cultivo das terras de pão de menores dimensões e os hortelões ao trabalho agrícola centrado nas suas hortas, que quase sempre constituem propriedade pessoal. A ligação específica a diferentes tipos de prédios agrícolas implica situações diversas quanto à utilização do gado que possuem. Os lavradores, a par da exploração da terra, desenvolvem a pecuária, enquanto seareiros e hortelões se servem dos animais, basicamente para o trabalho da terra.

3.3 PESSOAL DAS HERDADES

Se considerássemos o nível global de riqueza apresentado por cada um dos diferentes assalariados das herdades, verificaríamos que ele não é, de forma alguma, acentuadamente distinto. Ou seja, um pastor pode possuir um nível de riqueza semelhante, por exemplo, ao de um ganhão, ou um abegão contar com um património idêntico ao de um porqueiro.

Contudo, se tomarmos a globalidade dos inventariados de cada ocupação, surge com maior nitidez uma certa hierarquia de fortunas que se adequa às distinções sociais estabelecidas pelas diferentes funções que desempenham. Os abegões («chefes de ganharia», incumbidos duma função de direcção do trabalho da lavoura) encontram-se no topo destes trabalhadores das herdades, cuja base é representada pelos ganhões («máquina de trabalho, para que só se exige robustez e um bocado de compreensão»)¹⁶. De permeio ficam os diferentes ganadeiros, especializados na guarda e pastoreio dos vários tipos de gado. Contudo, e apesar da possibilidade de detecção desta hierarquização, a imagem que permanece é a de uma fraca distinção quanto aos níveis de riqueza.

Bens de raiz nos patrimónios do pessoal das herdades
(valores médios por profissão em milhares de réis)

[QUADRO N.º 5]

Tipo	Ganadeiro		Abegão		Ganhão	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Casas	73,6	58,9	63,6	42,7	76,3	75,8
Courelas	31,0	24,7	65,0	43,6	14,0	13,9
Vinhas	14,8	11,8	15,6	10,5	10,4	10,3
Olivais	3,4	2,7	3,2	2,1	0,0	0,0
Hortas	0,2	0,1	1,6	1,1	0,0	0,0
Quintas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Herdades	2,2	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas/foros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	125,2	100,0	149,0	100,0	100,7	100,0

Se os montantes de fortuna se apresentam relativamente idênticos, a análise da composição dos patrimónios mostra que as opções na aquisição de bens são, porém, distintas. Não tanto ao nível dos prédios rústicos. Um abegão possuirá, em termos médios, a sua casa de habitação, um ferragial ou courela, uma pequena vinha e um ou outro olival. Os que se dedicam ao trabalho com o gado dispõem igualmente da casa onde moram, a que se junta um pequeno ferragial ou vinha, enquanto, para os ganhões, a posse da casa é o que de mais importante têm de seu, e, nalguns casos, uma courela de

¹⁶ Silva Picão, *Através dos Campos— Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*, Lisboa, Dom Quixote, 1983 (1.ª ed., 1903), pp. 88 e 94.

terra ou uma vinha vem engrossar o património destes homens contratados à temporada ou ao dia.

A estas várias gradações na detenção de bens de raiz adiciona-se uma clara distinção quanto ao gado que entra no património. O gado ovino e caprino existe em número significativo nos inventários dos diferentes ganadeiros, que em média possuem 40 cabeças destes dois tipos de gado. Os abegões, pelo contrário, terão eventualmente uma ou duas ovelhas, sendo o investimento fundamental o gado bovino, que atinge um número médio de duas cabeças. Quanto aos ganhões, não se podendo falar de verdadeira exclusão deste tipo de bem nos seus patrimónios, há que assinalar a reduzida expressão que ele representa: quando muito, um ganhão poderá contar com duas ou três ovelhas.

Interessante é assinalar a adequação entre a composição dos patrimónios destes três tipos de assalariados agrícolas e as próprias distinções nas modalidades de pagamento a que estavam sujeitos. Para além das quantias em dinheiro, as soldadas incluíam certas «adições», como «searas, *pão* na eira, lenha, pegulhais, etc.»¹⁷. O pagamento dos abegões poderia incluir, para além da seara de trigo ou centeio, uma certa quantidade de cereal, algumas carradas de lenha, uma ou meia cabeça na vara de porcos do lavrador, sendo os únicos assalariados que podiam usufruir de pastos para uma égua, vaca ou burra. Assim se compreende a importância que assume o gado bovino nos seus patrimónios.

A possibilidade de colocar no rebanho do lavrador alguns animais (sobretudo ovelhas e cabras) é uma característica específica que assumiam as soldadas dos ganadeiros, constituindo aliás a parte mais importante da própria soldada. O objectivo era a criação deste gado e a sua posterior venda no momento mais oportuno, o que explica o peso assumido pelo gado ovino e caprino nos patrimónios dos vários ganadeiros.

Quanto aos ganhões, contratados à temporada ou ao dia, não possuíam por isso uma soldada, mas sim um «salário», o qual era estipulado exclusivamente em dinheiro. A possibilidade de apascentar o gado estava limitada para estes homens aos terrenos baldios e concelhios, explicando-se assim a menor expressão que o gado alcançava nos seus patrimónios.

3.4 O SECTOR DE ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Ainda uma referência, se bem que muito breve, ao mundo dos artífices. Esta incursão para o exterior da actividade agrícola serve-nos para evidenciar a complementaridade existente entre as várias actividades: mesmo para aqueles cujo principal meio de vida radica no sector industrial, o cultivo da terra não deixa de estar presente, ainda que, por vezes, de uma forma limitada.

¹⁷ Silva Picão, *op. cit.*, pp. 75-76.

O maior ou menor empenhamento na actividade agrícola implica opções diferentes na composição dos patrimónios. As famílias que menos activamente se dedicam à exploração da terra possuem essencialmente as casas onde habitam, sendo os seus bens agrícolas quase sempre constituídos por vinhas. O gado de trabalho é inexistente. Porém, quando olhamos para o património daqueles que manifestamente estão mais empenhados numa actividade de índole agrária, vemos aumentar os pedaços de terra de cultivo cerealífero e, simultaneamente, o número de cabeças de gado.

**Bens de raiz nos patrimónios dos artífices
(valores médios por profissão em milhares de réis)**

[QUADRO N.º 6]

Tipo	Valor	Porcentagem
Casas	177,9	40,6
Courelas	108,8	24,9
Vinhas	124,1	28,3
Olivais	7,1	1,6
Hortas	8,0	1,8
Quintas	0,0	0,0
Herdades	0,0	0,0
Rendas/foros	11,7	2,7
Total	437,3	100,0

Dois exemplos permitirão certamente ajudar a visualizar estas características. Tomemos, em primeiro lugar, o caso de José Joaquim, sapateiro de profissão e homem claramente envolvido na exploração da terra. Além de três moradas de casas, os seus bens de raiz alargavam-se a vários prédios de natureza agrícola: três ferregiais, duas pequenas vinhas e ainda uma courela. Que se dedicava ao amanho da terra, mostra-o a descrição das alfaiais e ferramentas: independentemente das relativas ao «seu ofício de sapateiro», possuía um «carro com todos os seus pertences» para o transporte dos géneros, três arados e diversos instrumentos de uso agrícola (enxadas, sachos, etc.). A actividade de cultivador deste sapateiro é ainda confirmada pela declaração da colheita do ano: 120 alqueires de trigo e 30 de cevada, alcançados com o recurso a uma parrelha de machos que constituía o seu gado de trabalho¹⁸.

A complementaridade entre a actividade artesanal e o trabalho agrícola é uma realidade presente na esmagadora maioria das famílias de artesãos inventariadas, ainda que o envolvimento no trabalho da terra não apresente

¹⁸ Saliente-se que, em todas as fontes históricas, este indivíduo é designado como sapateiro: paga décima pelo desempenho deste ofício em 1825 e ao longo das décadas de 30 e 40 surge como testemunha em vários processos de inventariação. Também no ano de 1842 aparece sob o nosso olhar no «Recenseamento de todos os cidadãos eleitores e elegíveis», já viúvo, com 50 anos de idade, mas ainda a exercer o mesmo ofício.

o mesmo grau de importância daquele que foi evidenciado com o exemplo acima referido. Como apontei, nestes casos o património é basicamente constituído pelas casas de habitação e a preferência ao nível dos bens agrícolas recai sobre as terras plantadas com vinha. É o que mostra o inventário de Manuel Fialho Prego, que exerce a profissão de ferreiro e que declara os seus bens quando em 1840 lhe morre a mulher. 38% do valor do património é representado por uma propriedade de casas onde a família habita e por uma outra contígua que lhe «serve de loja de ferreiro»; a propriedade rústica representa 49% do valor dos seus bens e é unicamente composta por um conjunto de três pedaços de terra vinhateira. Não possui alfaias agrícolas nem gado de trabalho, pelo que se depreende que o cultivo de terras de pão não faz parte das suas actividades.

Em síntese, podem-se destacar as seguintes conclusões. Estamos perante uma sociedade onde existe uma marcada assimetria na distribuição da riqueza, associada a uma desigual apropriação dos recursos produtivos de índole agrária. Os grandes lavradores, proprietários e fazendeiros compartilham com os principais homens de negócio o topo da hierarquia das fortunas. Os três primeiros grupos referidos são também os maiores proprietários locais de bens de raiz, situação em que se evidenciam os grandes lavradores. Estes encontram-se à frente de uma lavoura, que se centra numa parte dos prédios rústicos que possuem, de entre os quais se destacam claramente as herdades. Os fazendeiros, por seu turno, estão ligados à posse de fazendas, quintas e hortas, que exploram directamente. Ao invés, um proprietário vive essencialmente das rendas que recebe dos seus bens rústicos e urbanos, diminuindo a apetência pelo cultivo directo.

Apesar da enorme distância que separa as fortunas dos vários lavradores e da diferente estrutura dos seus patrimónios, existe um traço comum a todos eles: um lavrador está sempre associado à exploração de, pelo menos, uma herdade e, simultaneamente, desenvolve a pecuária.

Idêntica característica se detecta no grupo dos seareiros. A despeito da grande amplitude dos seus níveis de fortuna, existe igualmente algo que é partilhado por todos aqueles que exercem esta actividade. Trata-se, neste caso, da semelhança quanto ao tipo de prédios rústicos que possuem, manifestando-se uma clara preferência pelas terras de pão. Saliente-se, porém, que a propriedade da terra é escassa para os que, no interior deste grupo, se situam nos limiares inferiores. Os elementos deste estrato conseguem alcançar, em média, um pequeno ferregial ou courela. Com frequência, um prédio com estas características entra na composição dos seus patrimónios: mas, mesmo que a terra lhes escape das mãos, a propriedade da casa onde habitam encontra-se presente.

Esta é uma situação extensível a todos os outros grupos, cujos níveis de fortuna remetem para a base da hierarquia económica. Trabalhem com o gado nas herdades, sejam ganhões, abegões ou artesãos.

Assim, e contrariamente ao que poderíamos supor perante as visões difundidas das sociedades mediterrânicas, não existe neste período, e no âmbito espacial deste concelho, uma grande parte da população destituída da posse da terra. A leitura evidenciada pela composição dos patrimónios aponta, aliás, para um caminho bem distinto: é claramente generalizada a posse de pequenas courelas, ferregiais ou vinhas nesta primeira metade do século XIX. A dimensão das porções de terra possuídas por quem se situa nos limiares mínimos de fortuna não lhes permite certamente viver apenas dela, mas não deixa de ser relevante o facto de a maior parte das famílias poderem controlar elas próprias o acesso a uma fonte de recursos económicos. A propriedade de bens agrícolas, mesmo que em pequenas dimensões, funcionava como um importante elemento de segurança. Numa sociedade de fraca divisão do trabalho e diversificação das actividades económicas, de rendimentos instáveis, a posse de bens agrários constituía uma protecção instantaneamente procurada. Os que são muito pobres têm, é certo, um diminuto acesso à terra. Mas, mesmo nestes níveis, como vimos, a posse de bens de raiz não deixava de estar presente — a propriedade da casa de habitação está fortemente disseminada e abrange também este núcleo das populações mais pobres do concelho. Esta conclusão merece ser devidamente realçada, não só porque se afasta de uma imagem vulgarizada do Alentejo que nos apresenta uma multidão de jornaleiros destituídos de qualquer tipo de propriedade, mas também porque contrasta com aquilo que se conhece relativamente a uma zona chegada à cidade de Lisboa, onde praticamente nenhum dos jornaleiros tem casas ou terras e onde os próprios lavradores estão afastados da propriedade dos casais que cultivam¹⁹.

A presença dos bens de raiz no património dos mais pobres do concelho não nos pode impedir de perceber a enorme distância que os separava dos que pertenciam ao topo da hierarquia. A assimetria ficou bem evidenciada, assim como se tornou patente, com a análise dos inventários, que a terra é, de facto, o elemento fundamental que explica a hierarquia das fortunas. Nesta sociedade é-se tanto mais rico quanto maior for a dimensão da terra que se possui. Seja ela entendida fundamentalmente como uma forma de obter rendas, esteja-se directamente à frente da sua exploração, ou combinem-se em graus diferentes estas duas opções.

Outro tipo de actividades confluíam para uma caracterização mais abrangente desta *élite* económica local. Uma análise mais globalizante faria destacar o empenhamento na comercialização dos cereais, da lã ou do vinho, por exemplo, ou o envolvimento nas redes de empréstimo de dinheiro, enquanto actividades igualmente potenciadoras de riqueza e nas quais mergulhava este estrato superior das fortunas. A exemplo da fraca especialização produtiva que afectava as camadas inferiores desta sociedade, que se des-

¹⁹ Refiro-me à freguesia de Oeiras na segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX.

dobravam por um conjunto de tarefas visando um aumento dos recursos económicos do agregado doméstico, encontraríamos um entrecruzamento de várias actividades económicas em que estavam envolvidos estes homens do escalão superior da riqueza, actividades que extravasavam claramente o horizonte concelhio.